

Mesa Setorial da Funai traz trabalhadores indígenas para o centro do debate

A Condsef/Fenadsef participou nessa segunda-feira, 15 de junho, da Mesa Setorial Nacional de Negociação Permanente (MSNP) da Funai onde, por consenso, foi aprovado o regimento interno em reunião extraordinária. O encontro também foi marcado pelo debate sobre a adoção de critérios socio-territoriais para trabalhadores indígenas no Concurso Interno de Remoção (CIR).

A proposta foi apresentada pela bancada sindical, que defende que aspectos como pertencimento étnico, vínculos socioterritoriais e conhecimentos específicos dos servidores indígenas sejam considerados nos processos de remoção interna. Tais critérios podem fortalecer a atuação da Funai nos territórios indígenas e contribuir para a permanência desses profissionais na instituição.

Durante a reunião, a gestão da Funai informou que não há tempo hábil para alterar o edital do CIR antes de sua publicação. Segundo a fundação, mudanças neste momento poderiam afetar o cronograma de convocação dos aprovados no Concurso Nacional Unificado (CNU), especialmente nas próximas chamadas previstas.

A administração também explicou que o processo de remoção foi estruturado com base em critérios objetivos para garantir mais rapidez na execução. De acordo com a gestão, a adoção imediata de critérios socioterritoriais exigiria procedimentos administrativos mais complexos, o que não seria viável neste momento.

Outro tema discutido foi a restrição à participação de servidores que ingressaram em cargos com exigência de formação específica. A Funai afirmou que a medida busca preservar áreas considera-



das estratégicas e evitar problemas observados em processos anteriores.

A bancada sindical, por sua vez, contestou os argumentos apresentados. Os representantes dos trabalhadores lembraram que o tema vem sendo discutido desde o ano passado e defenderam que seria possível construir soluções administrativas para atender às demandas dos servidores indígenas.

Os sindicalistas também manifestaram preocupação com os impactos das atuais regras na saúde mental dos trabalhadores indígenas. A ausência de mecanismos específicos de lotação e remoção pode aumentar o sofrimento psicológico e contribuir para pedidos de desligamento da instituição, destacou a bancada sindical.

Além disso, houve questionamento sobre a legalidade da restrição imposta aos servidores com formação específica uma vez que não existe previsão legal expressa para impedir a participação desses trabalhadores no processo de remoção interna.

GT deve discutir situação dos trabalhadores indígenas

Como encaminhamento, a Funai informou que a Diretoria

Colegiada (Dircol) voltará a analisar o tema e se comprometeu a apresentar, na próxima reunião da Mesa, informações sobre a criação de um Grupo de Trabalho (GT) voltado à discussão da situação dos trabalhadores indígenas.

A proposta é que o grupo discuta medidas alinhadas ao Programa Federal de Ações Afirmativas do governo federal, detalhando composição, calendário, prazos e formas de funcionamento.

Também ficou acordado que, caso não haja mudanças no atual processo de remoção, a fundação deverá apresentar propostas para futuras edições do CIR que contemplem critérios voltados à realidade dos trabalhadores indígenas, incluindo formas de implementação e cronograma de execução.

A bancada sindical solicitou ainda que a Diretoria Colegiada reavalie a possibilidade de flexibilizar os critérios do edital em elaboração, destacando que os vínculos socioterritoriais dos trabalhadores indígenas representam não apenas uma demanda individual, mas também um fator importante para fortalecer as políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

**Condsef/Fenadsef
Com Sindsep-DF**



FNDC: debate sobre jornalismo e inteligência artificial está com inscrições grátis

O avanço da Inteligência Artificial (IA) no jornalismo traz riscos significativos que afetam desde a integridade da informação, a subsistência da profissão e até a democracia, e são essas e outras questões que serão debatidas por comunicadores, pesquisadores, dirigentes sindicais e estudantes, durante a quarta etapa da Caravana pelo Direito à Comunicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), no próximo **sábado, dia 20, a partir das 17h, na PUC-SP - Campus Consolação.**

A atividade integra a Caravana pelo Direito à Comunicação, iniciativa do FNDC que percorre diferentes regiões do país promovendo debates sobre os desafios da comunicação na sociedade contemporânea. Nesta edição, o foco estará nos impactos da inteligência artificial sobre o jornalismo, o mercado de trabalho, a produção de informação e a soberania nacional. A Caravana do FNDC já percorreu as cidades de Porto Alegre (RS), Belém (PA) e Recife (PE).

Segundo Tadeu Porto, secretário-adjunto de Comunicação da CUT Nacional e secretário de Comunicação do FNDC, a escolha do tema surgiu a partir das discussões realizadas dentro da própria entidade, que reúne mais de 500 organizações entre sindicatos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

Durante o encontro também serão discutidos os impactos das grandes plataformas digitais e das empresas de tecnologia sobre a circulação de informações. Para o secretário de comunicação do FNDC, a democratização da comunicação continua sendo um desafio central diante da crescente influência das big techs e dos algoritmos na defini-

ção do conteúdo consumido pela população.

“O FNDC nasceu da necessidade de democratizar o fluxo de informações no Brasil. Antes o desafio era enfrentar a concentração dos meios de comunicação tradicionais. Hoje também precisamos discutir o poder das grandes corporações internacionais de tecnologia, que influenciam a forma como as pessoas recebem e acessam informações”, explica Tadeu.

Riscos ao mundo do trabalho

Entre as preocupações levantadas pela entidade está o impacto da IA sobre o mundo do trabalho. A Coordenadora-geral do FNDC, Katia Marko, representando o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), ressalta que a automação é apontada como uma ferramenta que já está sendo utilizada para eliminar funções, reduzir equipes e sobrecarregar os jornalistas remanescentes.

Para Tadeu Porto, existe o risco concreto de precarização das relações trabalhistas, tanto pela substituição de profissionais por sistemas automatizados quanto pela forma como essas tecnologias são implementadas nas empresas.

Manipulação e Fake News

Outro aspecto é a desinformação e a manipulação para se obter lucro. A IA pode ser usada para gerar deep fakes e automatizar a manipulação digital, ampliando o alcance de conteúdos falsos.

“Sem regulação, a tecnologia pode priorizar o engajamento e a receita publicitária em vez da veracidade das informações”, reforça Kátia Marko, que também é vice-presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e editora-chefe do Brasil de Fato RS.

Os prejuízos vão além. A chamada “IA generativa” é alimentada por conteúdos produzidos por jornalistas e outros criadores sem que haja, muitas vezes, autorização ou remuneração justa.

O debate também envolve questões ideológicas e sociais relacionadas ao papel do trabalho humano na produção de riqueza, ressalta Tadeu Porto.

Ameaça à Democracia e Soberania

As Big Techs utilizam a IA para coletar dados e montar perfis de usuários, o que permite a modulação comportamental e pode interferir em processos eleitorais.

Já o secretário de comunicação do FNDC observa que as redes sociais criaram um ambiente informacional paralelo ao da mídia tradicional, muitas vezes marcado pela circulação de conteúdos sem mediação jornalística e pela atuação de mecanismos automatizados.

Segundo ele, temas como o funcionamento dos algoritmos, o uso de dados pessoais, a disseminação de desinformação e os impactos das plataformas digitais na sociedade têm ocupado espaço crescente nas discussões promovidas pelo FNDC.

Propostas de regulação da IA

Diante deste quadro, o FNDC vem defendendo propostas e diretrizes defendidas pela categoria para a regulação da Inteligência Artificial (IA) no jornalismo brasileiro, consolidadas principalmente na **Carta de Brasília** (documento político do 40º Congresso Nacional dos Jornalistas) e em notas oficiais da FENAJ, focam na defesa do trabalho humano, na transparência algorítmica e na remuneração justa pela produção intelectual.

[Matéria em cut.org.br/noticias](http://matéria.em.cut.org.br/noticias)